

Falando ontem durante a abertura do 1º Fórum do Gabinete da Mulher Parlamentar

Esperança Bias defende produção legislativa em conta os desafios da Mulher

A Presidente da Assembleia da República (PAR), Esperança Laurinda Francisco Nhuanne Bias, defendeu, esta terça-feira, dia 26, em Maputo, a necessidade da magna Casa do Povo continuar a prestar atenção, no âmbito da produção legislativa e da fiscalização da sua implementação, dos desafios que persistem para o desenvolvimento da mulher dos quais, a pertinência do aumento do número de mulheres nos

órgãos de decisão e de promover o maior acesso ao crédito para o seu empoderamento económico.

Falando durante a abertura do 1º Fórum do Gabinete da Mulher Parlamentar, Bias sublinhou que diferentes desafios constam, igualmente, a premissa de garantir a assistência pré-natal evitando a transmissão vertical do vírus do HIV da mãe para o filho e a construção de casas mãe-espere bem como necessidade de sensibilizar a sociedade visando evitar uniões prematuras e gravidez processadas, salvaguardando a vida e o futuro da rapariga.

“Há necessidade de promover acções de sensibilização das sociedades contra a violência doméstica e continuar a criar mecanismos de melhor apoio as vítimas”, disse a PAR para quem o Fórum do Gabinete da Mulher Parlamentar é um espaço privilegiado de interacção das deputadas e inter- ➔

Aprovado USD 4,7 mil milhões

Depois de muitas incertezas e dívidas públicas do mundo

-Os números da esperança nos Projectos de LNG da Bacia do Rovuma em tempos de muitas incertezas e riscos financeiros

Para além de ter uma das dívidas públicas mais insustentáveis do mundo, a insurgência militar no norte de Cabo Delgado, onde estão concentrados os maiores e mais importantes investimentos da indústria nacional de hidrocarbonetos, tem reduzido a atractividade de se investir em Moçambique.

Contudo, no dia 15 de Maio, o banco norte-americano de importação e exportação, o EXIM Bank dos Estados Unidos da América, aprovou um empréstimo de 4,7 mil milhões de dólares para apoiar empresas americanas que irão fornecer serviços de engenharia, de construção e instalação de equipamentos para o desenvolvimento de projectos gás natural liquefeito (LNG) em Cabo Delgado. Infelizmente, para além da problemática governação do sector

extractivo que atribui excessivos privilégios às multinacionais petrolíferas, o mau desempenho económico do sector extractivo Moçambicano será piorada pelo ónus da pesadíssima dívida pública nacional que não só torna difícil a atracção de financiamento como agrava o custo dos empréstimos relacionados a Moçambique, a ponto de os projectos de LNG da bacia do Rovuma serem os mais caros do mundo.

câmbio com diferentes segmentos da sociedade, “o que tem trazido ganhos para a Assembleia da República na resposta aos desafios da protecção da mulher e da rapariga”.

Segundo a PAR, no espírito do Regimento da Assembleia da República, o Gabinete da Mulher Parlamentar foi criado para ajudar o parlamento nos desafios da participação da mulher na sociedade com destaque para os processos de decisão, liderança e do desenvolvimento do país.

“Neste âmbito, o GMP tem contribuído na produção de leis com objectivo de promover maior equidade de género e empoderamento da mulher. Referimo-nos, por exemplo, a Lei contra as Uniões Prematuras, a Lei das Sucessões e a Lei da Família”, disse a Presidente do Parlamento, chamando atenção à necessidade de se continuar a sua promoção e divulgação, aproveitando, para o efeito, “as jornadas parlamentares em coordenação com os órgãos de comunicação social para contínua divulgação e implementação destes instrumentos”.

A Presidente do mais alto órgão legislativo nacional considera ainda que a nível das organizações interparlamentares, em particular em sede da Rede de Mulheres Parlamentares da Comunidade do Desenvolvimento de África Austral (SADC) e da Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa (CPLP), o Gabinete da Mulher Parlamentar tem levado, além-fronteiras, experiências positivas da participação da mulher moçambicana nas esferas política, económica, social e cultural.

Num outro desenvolvimento, a Presidente da Assembleia da República apelou às mulheres moçambicanas, nomeadamente no sector público e privado, líderes comunitárias e da sociedade em geral para o seu contínuo engajamento na sensibilização da sociedade para a observância das medidas emanadas pelo Governo, contribuindo assim para evitar a propagação da pandemia do Covid-19, que vem assolado não somente

o nosso país, mas o mundo em geral. Por seu turno, a Presidente do Gabinete da Mulher Parlamentar, Maria Marta Mateus Fernando, realçou a importância desta agremiação na remoção de barreiras que impedem o desenvolvimento da mulher, destacando que “através desta plataforma de diálogo parlamentar tem sido possível engajar as mulheres deputadas na luta pela melhoria das condições de vida da mulher, da criança e do idoso”.

Segundo Maria Fernando, fruto deste esforço colectivo das deputadas, no mandato passado, os parlamentares moçambicanos conseguiram aprovar políticas, estratégias e legislação pertinente no domínio da protecção da mulher e da criança, com destaque para a Lei contra as Uniões Prematuras e a revisão das Leis da Família e das Sucessões.

No capítulo da pandemia da COVID-19, a Presidente do Gabinete da Mulher Parlamentar enalteceu os esforços que o Governo de Moçambique tem vindo a empreender com vista à prevenção e mitigação do impacto deste mal que assola todo o mundo.

“Nós, como mulheres mandatárias do Povo, assumimos o compromisso de disseminar e expandir a informação sobre as medidas de prevenção desta pandemia a nível das comunidades, sobretudo durante os trabalhos das jornadas parlamentares que terão lugar nos próximos dias”, disse Fernando, tendo apelado aos seus pares para que, “à semelhança dos desafios do passado, as mulheres tomem a dianteira na luta contra este mal, incidindo nas acções de prevenção”.

Num outro passo da sua intervenção, Maria Fernando expressou os agradecimentos do Gabinete da Mulher Parlamentar aos seus parceiros de cooperação pela contínua assistência técnica e apoio multiforme proporcionados. “Esperamos que esta cooperação se fortaleça e se expanda em prol do desenvolvimento da mulher, protecção da criança e da pessoa idosa”, sublinhou Fernando.

O 1º Fórum do Gabinete da Mulher Parlamentar debateu e aprovou o seu

Plano de Actividades para a IX Legislatura (2020/2024) da Assembleia da República. Este Plano enumera, entre outras actividades, o monitoramento do cumprimento e divulgação da legislação sobre protecção da mulher e criança; divulgação das Leis nº 29/2009, Lei sobre a violência doméstica praticada contra a mulher e género; nº 22/2019, de 22 de Agosto, Lei da Família e revoga a Lei nº 10/2004, Lei da Família; nº 06/2008, de 09 de Julho, que estabelece o regime jurídico aplicável a prevenção e combate ao tráfico de pessoas, em particular a mulher e criança; nº 23/2019, de 23 de Dezembro, Lei das Sucessões e revoga o Livro do Código Civil; e nº 19/2019, de 22 de Outubro, Lei de Prevenção e Combate as Uniões Prematuras.

No seu Plano de Actividades para o presente ano de 2020, igualmente aprovado neste 1º Fórum, o Gabinete da Mulher Parlamentar destaca vai para o debate dos temas referentes a problemática da mulher, criança e género; actividades de sensibilização das comunidades sobre a prevenção e combate a pandemia da COVID-19; e a recolha e distribuição de máscaras e material de higienização.

Ainda no Plano de Actividades para 2020, o Gabinete da Mulher Parlamentar enfatiza a divulgação da Lei nº 7/2008, Lei de Promoção e Protecção dos Direitos da Criança, as acções que visam fortalecer o relacionamento entre as deputadas, organizações femininas e Sociedade Civil e capacitar a Sociedade Civil em matéria de fiscalização da implementação das políticas e metas nacionais em matéria de género e protecção da família.

Na ocasião, a Gestora de Projectos no Instituto para a Democracia Multipartidária (IMD), Elisa Muianga, defendeu, que um dos maiores desafios do Gabinete da Mulher Parlamentar, nesta IX Legislatura, prende-se, fundamentalmente, com a necessidade de prosseguir com acções de modo a aprimorar a qualidade de intervenções das deputadas eleitas em prol da defesa dos direitos humanos das mulheres no País.



Falando, sobre o tema “ Participação Política da Mulher”, no 1º Fórum do Gabinete da Mulher Parlamentar, Muianga sublinhou que ‘é necessário que as deputadas sejam pioneiras na sensibilização e influencia na adoção de políticas estratégicas para a equidade e igualdade de género em todas as áreas da vida do país no âmbito dos objectivos do desenvolvimento sustentável que preconizam a necessidade de se atingir 50/50 entre homens e mulheres até 2030.

“Queremos reconhecer o bom trabalho realizado na legislatura passada onde foram aprovados importantes leis como são os casos da Lei contra as Uniões Prematuras, a revisão da

Lei da Família e a Lei de sucessões”, disse Muianga sustentando que estes dispositivos contribuem para a protecção da mulher, contudo há uma necessidade de se estimular a aprovação das leis ligadas a área política e económica e estimular a participação da mulher nos órgãos eleitorais.

A Gestora de Programas do IMD desafiou, na ocasião, às deputadas eleitas e membros do Fórum da Mulher Parlamentar a adoptarem estratégias que estimulem as lideranças dos seus partidos políticos sobre a sensibilidade de género e liderarem e liderarem a revisão e aprovação de leis ligadas a indústria extractiva

bem como estimular a presença de mulheres neste sector económico.

“É nosso entendimento que o Gabinete da Mulher Parlamentar, na qualidade de representante dos interesses da mulher a nível parlamentar tem um papel fundamental no estímulo do debate sobre questões ligados ao processo de Desmilitarização, Desmobilização e reconciliação em curso no país”, sublinhou Muianga para quem e preciso sensibilizar as lideranças políticas para a aprovação de leis que protejam as pessoas com as necessidades específicas para a sua maior e melhor protecção.